

levar avante uma via de tão alta repercussão na vida nacional.
Era o que desejava dizer. (Muito bem).

O SR. JOSAPHAT BORGES:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a hora em que se anuncia o retorno a esta Casa do eminente Presidente Mazzilli, que dentro em pouco passará a dirigir os seus trabalhos, é motivo de regozijo para nós todos. É verdade que só tivemos conhecimento da sua viagem através da imprensa.

Certamente, Sr. Presidente, a urgência com que era reclamada a presença de S. Exa. no exterior não permitiu que aqui apresentasse suas despedidas. Todavia, é justo e oportuno que se registre que, não obstante ter-se verificado a sua ausência em meio à crise gerada pelos acontecimentos do Estado da Guanabara, os seus substitutos, os eminentes colegas Clóvis Mota e Cid Carvalho, dirigiram os trabalhos desta Casa com absoluto equilíbrio e correção.

Nossas congratulações a esses dois companheiros e os nossos votos de boas vindas ao nobre e eminente Deputado Tanieri Mazzilli. (Muito bem)

O SR. RACHID MAMED:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, é verdadeiramente calamitosa e até desastrosa o estado em que se encontram as estradas de rodagem em meu Estado.

Intrafegável, praticamente, está o trecho Alto Araguaia — Rondonópolis, na estrada que partindo da divisa do Estado de Goiás, em Alto Araguaia, vai ter a Cuiabá.

Para conhecimento da Casa devo esclarecer que essa rodovia é a que suporta, por ser a única no norte do Estado, como no leste, que nos põem em ligação com os demais Estados da Federação, todo o grande e pesado tráfego de caminhões de alta tonelagem que nos abastece das mercadorias que adquirimos, como também para o escoamento daquilo que produzimos e que é em maior escala a borraça e os cereais, a lpeca etc.

No sul daquele Estado não são melhores as condições das estradas. De Porto XV, divisa com o Estado de São Paulo, a Rio Brillante e Dourados o clamor se faz ouvir constantemente. Estrada sem conservação, em péssimo estado. Necessário é esclarecer que nessa estrada, que podemos perfeitamente dar o nome de caminho e não estrada, percorrem centenas de automóveis e igual número de caminhões, diariamente. É a estrada que liga São Paulo a todo o sul de Mato Grosso. Dourados, um dos municípios situados nessa linha, é o maior celeiro agrícola daquele Estado, município que, graças às suas férteis terras, e seu grande número de habitantes, ali agrupados graças à Colônia Federal de Dourados, cresceu tanto que, dividido e subdividido, de sua área primitiva já se formaram, hoje, mais dois novos municípios, os de Carapá e Itaporá. Outros municípios necessitam diariamente dessa rodovia, entretanto citarei somente o de Campo Grande, maior centro comercial e habitacional de Mato Grosso.

Citarei ainda mais um fato que oem si mesma o descaso, no setor rodoviário, para com o meu Estado. Pararam, sem exceção plausível os serviços da estrada Cuiabá-Brasília, estrada que cortando os municípios de Mutum, Poço, réu e Barra dos Garças; este último é provavelmente um dos maiores municípios do mundo, em área territorial pois conta com uma área de 173 mil e 600 metros quadrados. Nesse setor já não existe nenhuma máquina ou equipamento das companhias que ali trabalhavam. Foram-se as esperanças de que os serviços fossem retomados e dessembram aquela região.

Por incrível que pareça a todos nós, no momento em que tanto se fala em reforma agrária, meu Estado, o grande Mato Grosso, Estado de vida agropecuária, está sem estradas que possam facilitar o escoamento de seus produtos para os centros consumidores que reclamam por gêneros alimentícios.

Sem dúvida alguma este é um dos fatores que levam os homens daquele Estado a afirmar que a reforma agrária é a grande piada do século.

Ainda para conhecimento da Casa e da Nação quero informar que em meu Estado não existe cem quilômetros de estrada asfaltada. Os pequenos trechos com asfalto estão perto eu, somente para que os nossos filhos tomem conhecimento do que é uma estrada asfaltada.

Sr. Presidente, termino por enviar ao Sr. Ministro da Viação um apelo que não é só meu, é de todos os que habitam Mato Grosso, apelo especialmente dos lavradores, criadores, comerciantes e motoristas, estes heróis dos sertões sem estradas para que determine urgentemente os reparos em nossas estradas e o reinício da Cuiabá-Brasília. (Muito bem).

O SR. LAURO LEITAO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o extraordinário e pujante Município de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, comemora hoje o 45º aniversário de sua emancipação política. Grandes festividades, pois, de caráter cívico, religioso e social, estão, naquela comuna, marcando a passagem do aniversário da fundação e da sua autonomia.

Apesar de contar 45 anos de vida autônoma, Erechim, graças ao estorço patriótico e construtivo de sua gente, já concorreu com território e com população para formar várias comunas, entre as quais a de Marcelino Ramos, Viadutos, Aratiba, Campinas do Sul, Herval Grande, São Valentim, Gaurama e outros.

A cidade, com uma população de mais de 30 mil almas, apresenta lindos aspectos arquitetônicos e urbanísticos, com ateros edifícios, com ruas e avenidas devidamente calçadas, com lindas praças e jardins. No seu interior, onde habita uma população de mais de 40 mil almas, predominam as atividades agrícolas, destacando-se as culturas do feijão, do milho, da soja, do trigo. Também ganha expressão na economia daquele município a silvicultura.

Venho por isso a esta tribuna, em nome da bancada do PSD do Rio Grande do Sul, congratulá-me com as autoridades do Município de Erechim e com a sua laboriosa população, pelo aniversário de sua emancipação política.

No mesmo passo, Sr. Presidente, formulo votos para que os poderes públicos voltem sua atenção para aquela notável comuna rio-grandense, porque, em verdade, nem sempre os anseios e as reivindicações justas daquela laboriosa população têm encontrado eco nos palácios governamentais. Encareço, assim aos dirigentes brasileiros a mais ampla assistência aquela gente trabalhadora, que sempre tem atendido aos seus apelos no sentido de concorrer para o aumento da produção, mas não raro verificamos que os produtos do interior daquele Município se encontram abarrotados de produtos que muitas vezes se deterioram, ou são vendidos a preços vis, em face da falta de assistência dos poderes públicos.

Deixo, assim, a tribuna, homenageando, em nome da bancada do PSD, o Município de Erechim, as suas autoridades e a sua laboriosa população pelo 45º aniversário de sua autonomia que hoje transcorre. (Muito bem).

O SR. WILSON RORIZ:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, dois motivos me trazem à tribuna, ambos para encaminhar à Mesa dois requerimentos. O primeiro de informação ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, por intermédio do Exmo. Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, solicitando as seguintes informações:

1. Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, sejam solicitados ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro de Viação e Obras Públicas as seguintes informações, relativas à construção do Canal que protegendo a cidade de Crato, do Estado do Ceará, regularize o curso das águas do Rio Grangeiro.

1º. Se já se encontra concluído o projeto do Canal que deve regularizar o Rio Grangeiro na Cidade de Crato, Estado do Ceará, qual o seu autor e qual a firma construtora da parte já construída?

2º. Qual a verba, orçamentária, de crédito especial de que dispõe aquele Departamento, para conclusão da referida obra e qual a importância que já se encontra à sua disposição no Banco do Brasil, para o mesmo fim.

3º. Qual o tempo previsto pelo mesmo Departamento, para conclusão daquele Canal e na hipótese de não dispor de verbas suficientes à sua conclusão, qual o orçamento do mesmo de acordo com projeto devidamente atualizado.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1963. — Deputado Wilson Roriz, PSD — Ceará.

O outro requerimento, Sr. Presidente, solicita à Câmara a designação do próximo dia 3 de junho para as comemorações, por parte desta Casa, do primeiro centenário do grande brasileiro, cearense, que se chama Delmiro Gouveia. Trata-se de figura exponencial da vida nordestina, pioneiro que foi do aproveitamento da grande cachoeira de Paulo Afonso, da eletrificação do nordeste, e também e principalmente de sua industrialização.

O requerimento da sessão de 3 de junho próximo para as homenagens ao grande pioneiro Delmiro Gouveia se constitui, por sem dúvida, uma das grandes homenagens a serem prestadas por esta Casa. (Muito bem).

O SR. RAMON DE OLIVEIRA NETO:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente e Srs. Deputados

Sou dos que sempre defende em a tese de que os problemas sociais só encontram solução, só são resolvidos sob pressão social. É um fato histórico irrecusável e comodismo, a tendência protetoria, a insensibilidade, a indiferença mesmo das elites dirigentes em face das questões que não dizem respeito aos interesses das classes dominantes. Por isto, é com alegria que vejo o povo brasileiro organizar-se e erguer sua voz nesta hora decisiva para a nação, a fim de reivindicar e mesmo pressionar o Parlamento, no sentido de que vote as reformas de estrutura, entre elas a reforma agrária, como passo inicial para minorar-lhe o sofrimento. É o povo que começa a incorporar-se ao processo político. É o povo que começa a utilizar o processo democrático como um instrumento seu para conseguir a sonhada justiça social, sem a qual nenhum regime pode por muito tempo subsistir. Os que amam a liberdade, a sua e a de seus seme-

lhantes, só podem rejubilar-se com o despertar do povo que, na nossa época, está deixando de ser o objeto para transformar-se no verdadeiro agente da história de nosso país.

Não pensam assim, porém, certa imprensa obscurantista, cevada nos coiros do imperialismo e do latifúndio, e os imobilistas de reacionários desta Casa. Estão estes alarmados com o vozerio que vai lá fora, nas ruas e nos campos. Proclamam-se inseguros e ameaçados, em Brasília, onde chega amortecido o clamor popular. Enquanto as reformas, necessárias ao progresso, são perigosamente adiadas, acusam de comunistas e agitadores todos que, tendo olhos de ver, ouvindo de escutar e coração de sentir fazem coro às aspirações populares e dão-lhes eco neste recinto. Certamente, Srs. Deputados, não é por mera coincidência que esta reação parte do agrupamento acostumado a ceder à influência das cúpulas manejadas, num sempre oculamente, pelo poder econômico, acostumadas a ser dócils à pressão das forças armadas quanto tuteladas por generais reacionários, ou mesmo à opinião de simples editorialistas de certa imprensa de aluguel. Estão alarmados. Tomados de um falso heroísmo que a ninguém mais impressiona, bradam, gritam, berram em defesa da civilização ocidental e cristã, como se Cristo e o ocidente tivessem alguma coisa a ver com a sonegação de imposto e o monopólio da terra. Estão alarmados. Numa tentativa diversionista e escapista, diante da inegável e explosiva questão social no campo, dizem-se pela reforma agrária, mas contra a emenda constitucional que possibilita fazer a hipocritamente, procurando manter a estrutura econômica que afasta, arcaica, injusta e cruel, que consagra privilégios insustentáveis, seja em nome de que princípio for, e que é responsável pela pobreza que grava o povo brasileiro como uma escaiva branca, sem exterioridade jurídica, mas tão brutal como a escravidão negra de que já nos libertamos.

O latifúndio e o imperialismo estão em pânico. Já não conseguem intimidar as nossas forças armadas. Estão perdendo a batalha de opinião que se trata no país, apesar da cornucópia de dinheiro que lançaram nas eleições e que usam na tentativa nem sempre vitoriosa de subornar a imprensa do país. Só o IEADE e o IPES dispõem de mais de 80 programas diários de rádio em todo o Brasil, publicam revistas e páginas e páginas de jornal, com matéria paga, em defesa de seus interesses, sem falar na Ação Democrática Parlamentar, linha de frente dos grupos econômicos no Congresso Nacional. O imperialismo e o latifúndio estão em pânico e têm razão. Controlam quase todas as agências de notícias e de publicidade. Fundam editoras. Utilizam-se da crise econômica que abala a imprensa, com a alta absurda do preço do papel, tentando dominá-la pelo dinheiro ou pelo boicote publicitário, mas, mesmo assim, se sentem ameaçados os seus velhos inimigos do povo brasileiro e tem razão. O povo brasileiro despertou, já não se deixa facilmente enganar e está aprendendo a utilizar-se das armas que a democracia lhe dá para tornar realidade suas aspirações.

Saudamos como salutar a pressão popular que há de exercer-se sobre o Congresso. Ela se fará a luz do dia e não na meio-luz dos bastidores. Ela só poderá engrandecer os que a ela se submetem. Na verdade, trata-se de uma contrapressão do povo que visa libertar o comércio dos grupos econômicos que têm nas mãos as moedas de divulgação e sempre pressionaram o Congresso. Não fomos eleitos para vir às costas ao povo e fazermos o que bem entendemos. Temos satisfação permanentemente a dar ao povo e queremos ser vigiados e impulsionados por ele. E indo ao encontro dos desejos do povo que a democracia se realiza e se efetiva. Um congresso que

teme o povo e tacha de ilegítima a pressão popular, é um congresso que proclama a sua traição ou a sua falência. Condenável é a pressão que se faz pelo subvorno material ou mental, é a pressão da força pela força. Que as pressões populares se façam e cada vez mais intensas, nos comícios, nas reuniões, nas passeatas, nas praças, nas ruas e nos campos, elas serão um atestado da vigência da democracia no Brasil. Elas serão um fator de esclarecimento e de eficiência governamental. Só elas podem promover o progresso geral de nosso país. Que todos sintam e saibam que o povo brasileiro acordou do seu sono de conformismo secular e que pensa, se agita e age para ser dirigente de seu próprio destino.

Srs. Deputados, não temamos as pressões populares; o Congresso se fortalecerá na medida de sua sensibilidade e de sua capacidade de ceder a elas. Um Congresso sintonizado com as aspirações populares, que atenda às reivindicações do povo será uma fortaleza inexpugnável aos inimigos da democracia e à cobra dos tiranos, porque terá no povo um invencível guardião. (Muito bem).

O SR. EDILTON MELO TAVORA:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Encaminhamos a Mesa, para publicação no Diário do Congresso de amanhã, o Relatório da Comissão Interministerial constituída para elaborar estudos e propor sugestões para o reajustamento e revisão do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Tomamos esta deliberação, muito embora seja do nosso conhecimento que matéria da maior urgência aguarda publicação na Imprensa Oficial, pela importância que atribuímos a este Trabalho, visando em termos serenos e objetivos, para o qual encaremos a atenção dos colegas.

Reconhecemos a difícil situação financeira que o país atravessa e portanto estamos bem advertidos da delicada tarefa atribuída ao Congresso Nacional neste momento, quando em pauta está colocada o aumento do funcionalismo público, pelo acréscimo de despesa que o mesmo acarreta. Daí a nossa preocupação de colhermos dados que possam oferecer esclarecimentos para efeito de uma tomada de posição acertada. Hoje nos detivemos no capítulo referente às reivindicações dos militares, e, dos estudos que procedemos, neste sentido, chegamos a conclusão que a melhor cooperação oferecida para o debate do problema nos trouxe a Comissão referida. O Relatório, cuja transcrição acabamos de solicitar bem demonstra a angustiante situação daqueles que por força de involuntários ou do destino tem na profissão militar o único meio de vida. Porém o grande mérito do Trabalho, é o de retratar com fidelidade a posição de inferioridade de uma classe em matéria de vencimentos em relação a outras classes de servidores públicos, para concluir pura e simplesmente pela necessidade de uma reclassificação, que sem prejudicar direitos de outros, corrija injustiças flagrantes.

Não nos cabe neste ensejo discutir a ausência de planejamento e de austeridade do Governo, na aplicação dos recursos públicos para concluir que a falta de incentivo a iniciativa particular no país, determina o crescimento constante dos quadros dos servidores, do União e dos Estados. Este não é o momento para considerações em torno da possibilidade de uma redução no efetivo militar do país, mediante a substituição de unidades obsoletas por outras menos numerosas e modernamente equipadas, para efeito da aplicação das economias efetuadas no aprimoramento profissional e

no bem estar social do Oficial da Ativa, nem tão pouco para oferecimento de elementos suficientes para mostrar o papel que poderia ser atribuído aos Oficiais da Reserva neste tocante.

Não é esta a oportunidade para estudos demorados, porque nos encontramos diante de uma realidade: aqueles sobre cujos ombros pesam grandes responsabilidades, que se confundem com os destinos do próprio País, não podem mais suportar tantos sofrimentos e tantas humilhações. Por isso se impõe uma providência urgente. (Muito bem).

(De ordem do Senhor Presidente, a publicação do documento a que se referiu o Senhor Deputado Edilson Melo Távora será considerada na forma regimental).

O SR. CUNHA BUENO:

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, durante a permanência do Presidente João Goulart na República do Chile, realizaram-se entendimentos entre a delegação brasileira, autoridades do Governo andino, entidades de classe e líderes do comércio, da indústria e da lavoura.

Não desejo aqui destacar a significação extraordinária dessa visita do Presidente João Goulart àquele País amigo. Evidentemente, o nobre Líder da Maioria deverá, a seu tempo fazer o relato dessa viagem, sob o ponto de vista político. Aqui estamos apenas para destacar dois pontos principais das conversações havidas. Um primeiro lugar, foi possível, graças à atuação destacada do Almirante Lúcio Meira, chegar-se a um comum acordo de pontos de vista, visando incrementar o comércio entre os dois países. Sabemos perfeitamente que há uma dificuldade bastante sensível a ser vencida, qual seja a do transporte das riquezas do Chile para o Brasil e vice-versa.

Entretanto, considerando-se que a Marinha Mercante chilena está perfeitamente aparelhada para multiplicar a frequência de viagens entre os portos brasileiros e os portos chilenos, podemos chegar à conclusão de que, se porventura se desenvolverem esses entendimentos, não haverá a dificuldade de transporte.

Além, o Presidente Arturo Alessandri, do Chile, e o Presidente João Goulart, do Brasil, assinaram um tratado comercial que prevê a formação de uma comissão mista chileno-brasileira, à qual tocará a responsabilidade de estudar os dois mercados, fazendo sugestões, oportunamente, para que se firme um novo tratado em bases mais concretas.

O outro aspecto que desejamos focalizar nesta breve oração, Sr. Presidente, é que ambos os países deliberaram, de forma concreta e formal, somar seus prestígios no sentido de que possam ser dinamizados os pontos de vista já esposados pela ALAC. E todos sabemos que, através da diminuição e mesmo da completa inexistência de tarifas alfandegárias, poderá, um dia, a América Latina alcançar a sua integração econômica, criando-se, aqui, não só um mercado consumidor — como temos sido até hoje — mas também um mercado produtor, inclusive no que diz respeito a produtos manufaturados. Pode o Chile, com grande facilidade, ampliar a exportação do cobre, do aço, do salitre, do papel de imprensa e de outros materiais para o Brasil, enquanto nós poderemos, perfeitamente, servir-nos da nossa balança comercial para enviar ao país andino açúcar, cuja produção local apresenta grande déficit.

Por outro lado, Sr. Presidente, não nos devemos esquecer de que o estágio de desenvolvimento industrial que alcançou o Brasil pode, perfeitamente, permitir-nos a perspectiva de

exportar, cada vez mais, principalmente para a América Latina, produtos manufaturados, inclusive veículos automotores. Outrossim, destacamos a colaboração magnífica que a delegação brasileira recebeu da ilustre personalidade chilena, o Sr. Gabriel Gonzalez Videla, ex-Emissário do Chile no Brasil e ex-Presidente da República andina.

Terminando, Sr. Presidente este breve e improvisado relato, desejamos mais uma vez afirmar que a visita do Sr. Presidente da República ao Chile constituiu, sem dúvida, ponto alto na política latino-americana. Pelo seu sucesso extraordinário, marcará uma etapa nas relações já tradicionais entre os dois países que, através de séculos, têm mantido a melhor e a maior amizade no continente sul-americano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. JALES MACHADO:

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi a palavra para dar conhecimento à Casa de um telegrama que recebi da Associação Agropecuária do Estado de Goiás que, em assembleia geral, resolveu dirigir apelo aos seus representantes nesta Casa no sentido de votarem contra a reforma constitucional para dar lugar à votação da reforma agrária.

Aquela classe de produtores goianos está de pleno acordo com a reforma agrária, que reputa uma necessidade nacional, mas acha que, para chegar a essa medida, não há necessidade de reforma constitucional. Deixo de ler esse telegrama, Sr. Presidente, porque no momento não o encontro na minha pasta. Quero, porém, que fique desde já registrada a opinião das classes agropecuárias de Goiás, com a qual estou de pleno acordo. (Muito bem).

O SR. LOURIVAL BAPTISTA:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente:

Aos sérios problemas da falta de vagas, custo exagerado das taxas escolares, número reduzido de mestres, soma-se, agora, para agravar a situação educacional no Brasil, mais um, o do livro didático.

A cada início de ano letivo, recebem os jovens do curso secundário, científico ou de colégio, recomendações de compêndios que, na grande maioria das vezes não são encontrados nas livrarias especializadas que declaram estarem as edições esgotadas e, quando o são, seus preços ultrapassam a capacidade aquisitiva dos pais.

Ainda este ano, vivi o problema e ouvi testemunhos e oquentes de pais que não encontraram ou não puderam comprar os livros didáticos indicados aos seus filhos.

Por outro lado, não guardam os professores constância nos livros indicados.

Todos os anos tais indicações sofrem alterações o que impede de os livros usados por um jovem serem utilizados no ano seguinte por um irmão ou parente.

Alé o presente, o Ministério da Educação está ausente do problema.

Quero lançar desta Tribuna, nesta hora, veemente apelo ao eminente Ministro Theotônio Monteiro de Barros, figura ponderada de mestre universitário, para que tome medidas capazes de sanarem esta deficiência, ou, pelo menos, atenuarem suas consequências negativas sobre uma juventude que quer aprender e integrar-se na verdade científica e tecnológica do seu tempo. Urgem providências, principalmente agora, que chamamos 1963 de Ano da Educação e que na semana finda foi realizada a Primeira Semana Nacional de Educação, fatos estes que já repercutiram nesta Casa, através de pronunciamentos de

diversos parlamentares na sessão matutina de ontem.

Os moços precisam armar-se dos elementos capazes de oferecer-lhes meios de aprendizado. O livro é o instrumento sem o qual ninguém poderá trabalhar em matéria de aquisição de conhecimento especializado. Espero contar com a atenção do eminente Ministro da Educação nesta batalha pela racionalização dos problemas do livro didático.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Lê a seguinte comunicação) — Há poucos dias os jornais publicaram a notícia de que a Rússia havia solicitado ao governo brasileiro permissão para reexportar para Cuba parte dos estoques de café adquiridos dentro das normas do Acordo de Comércio e Pagamento assinado pelos dois países.

Referido Acordo de Comércio e Pagamento — justificativa de nossas autoridades para o reatamento de nossas relações diplomáticas com a pátria do comunismo sempre foi combatido pelos verdadeiros democratas nesta Casa, porque entendíamos e hoje mais do que nunca estamos convencidos, de que seria o instrumento para embair a opinião pública revoltada com a atitude governamental, e constituiria o "cavalo de Troia" de cujo verme sairiam todos os elementos com que os comunistas indiguns procurariam bochevizar esta Nação.

Mas, para o Senhor Presidente da República e seus assessores comunistas, todos os nossos problemas econômicos, financeiros ou cambiais estariam resolvidos com nossa comercialização com a Rússia e seus satélites. Os fabulosos estoques de café, adquiridos pelo governo pela maneira mais vil e desumana de espoliação que é o confisco cambial, porque o governo não paga um centavo sequer na compra, transporte ou armazenagem do produto, recaído todos os ônus sobre os produtores, feriam — era o argumento dos comunistas ou nacionalistas desta Casa nos mercados da Ásia oriental os compradores que tiram, com moeda forte, resolver nossa carência de divisas.

E o que percebemos, ao ter conhecimento dos termos do instrumento de troca e pagamento, foi a certeza de que tal acordo não apenas era lesivo a nossos interesses econômicos mas, acima de tudo, constituiu uma ameaça à nossa soberania e à segurança nacional. E hoje, algum tempo depois, verificamos que no referente aos interesses comerciais, fomos na realidade, chantageados pela Rússia, que importou café brasileiro, da melhor qualidade, e até nos pagou, devendo-nos mais de 60 milhões de dólares. Enquanto isso, digamos empréstimos e ajuda aos Estados Unidos para nos auxiliarem na superação do violento processo inflacionário que nos oprime e nos esmaga, nos damos ao luxo de ter, com o governo russo, crédito de exportação superior a 60 milhões de dólares.

No que tange à segurança nacional e à nossa soberania, o balanço para nós brasileiros é por demais negativo. Após restabelecidas nossas relações com a Rússia, vimos, que a embaixada daquele país não cumpre os condições pactuadas, tendo já havido russos em movimentos subversivos no país. A infiltração comunista em todos os setores nacionais e a entrada de dinheiro russo para financiar agitações vermelhas como as promovidas pela UNE nos dão o testemunho de fraqueza do governo e da força de interferência comunista na administração nacional.

A solicitação do governo russo para reexportar café brasileiro para Cuba,